



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

<b>Setor(es) requisitante(es):</b> Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
<b>E-mail:</b> semcel@marilandia.es.gov.br
<b>Secretaria responsável:</b> Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
<b>E-mail:</b> semcel@marilandia.es.gov.br

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente documento manifesta a necessidade da contratação de empresa especializada em serviço de locação de banheiros químicos para serem utilizados na estruturação dos eventos municipais durante o ano.

#### 2. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de banheiros químicos.

#### 3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Justifica o quantitativo devido ao grande número de festas, culturais turísticas e esportivas, realizadas e apoiadas pela Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, durante o ano, assim com a formalização da ata de registro de preço, fica viável para organizar e manter os eventos facilitando assim a quantidade a ser contratada pela administração pública necessária para cada evento, facilitando a organização dos eventos pela secretaria solicitante.

#### 4. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER ASSINADO O INSTRUMENTO CONTRATUAL

Será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente para formalização da contratação. O contratado terá o prazo de 1(um) ano, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

#### 5. INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO

Roberta Arrivabeno

#### 6. PERÍODO DE NECESSIDADE

Ano de 2026

#### 7. INDICAÇÃO DE DISPENSA DE ETP E FUNDAMENTO

Segue ETP em Anexo.

Marilândia, 10 de março de 2026.

Elaborado por Roberta Arrivabeno, Gerente de Cultura e Turismo.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Promover a cultura, turismo, esporte e lazer como momentos únicos para a nossa população, e assim, contribuir para o desenvolvimento econômico, social e turístico da Cidade; Proporcionar aos munícipes e visitantes um evento de qualidade com serviço de banheiros químicos que atenda as necessidades dos eventos, garantindo banheiros químicos de qualidade, geração de emprego e renda nos períodos de eventos, permitindo a participação de todos, possibilitando um processo de inclusão social, com os banheiros PCDs; , tornando os eventos mais, inclusivos, atrativos e memoráveis., principalmente os eventos previstos em calendário da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

A contratação de empresa especializada na locação de banheiros químicos, do tipo simples (portáteis) e tipo contêiner, faz-se necessária para atender às demandas da Administração Pública, especialmente nos eventos culturais promovidos e organizados pela Secretaria Municipal de Cultura.

Os eventos realizados pela Secretaria de Cultura concentram grande fluxo de pessoas em espaços públicos ou locais que, em sua maioria, não dispõem de infraestrutura sanitária fixa suficiente, tornando indispensável a disponibilização de sanitários adequados para o público, servidores, artistas, equipes de apoio e demais participantes.

A utilização de banheiros químicos simples atende às necessidades básicas de eventos de pequeno e médio porte, enquanto os banheiros químicos tipo contêiner, por oferecerem maior capacidade, conforto, condições de acessibilidade e melhor estrutura interna, são fundamentais para eventos de maior porte, garantindo atendimento adequado às normas sanitárias, de acessibilidade e de saúde pública.

A contratação de empresa especializada assegura o fornecimento, transporte, instalação, manutenção, limpeza periódica, higienização e correta destinação dos resíduos, em conformidade com a legislação vigente, promovendo condições adequadas de higiene, segurança, conforto e dignidade aos usuários.

Dessa forma, a presente contratação é essencial para garantir a organização, o bom andamento e a qualidade dos eventos culturais, contribuindo para o bem-estar da população e para o cumprimento das responsabilidades da Administração Pública.

#### 2. SETORES REQUISITANTES

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

#### 3. DEMONSTRATIVO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município, estando assim alinhada com o planejamento desta Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) Os banheiros deverão estar instalados e aptos para utilização no mínimo 01(um) dia antes do início do evento e retirados no máximo 01 (um) dia após o término do mesmo, devendo estar incluso serviço de transporte e instalação no local indicado pelo Contratante.

b) A prestação dos serviços contratados será conforme solicitação da Secretaria requisitante com antecedência de 03 (três) dias, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração.

c) Especificações e Quantidades:

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão – Sistema de Registro de Preços, na sua forma presencial, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como, apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Após a verificação do serviço demandado e dos requisitos da contratação, o requisitante realizou o levantamento de mercado e identificou características:

- O serviço demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e /ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;
- Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;
- Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, por sua vez, não se observou maiores variações quanto à contratação serviço no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa;
- A contratação do serviço do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos,
- Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a prestação do serviço pretendido, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

- Na composição do valor estimado, foi levantado de acordo com empresas especializadas.

## 6. QUANTITATIVO ESTIMADO DOS ITENS POR SOLUÇÃO

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro o calendário cultural e os eventos apoiados pela secretaria no ano de 2026.

Neste sentido, seque memória de cálculo:

Lote 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	<b>BANHEIROS QUIMICOS COMUM</b> locação de banheiros químicos comum: banheiro químico portátil (masculino e feminino), sendo: cabina sanitária química, individual e portátil, confeccionada em polietileno, polipropileno ou similar de alta densidade resistente e lavável com caixa para dejetos, piso antiderrapante, com mictório antirrespingo hidro dinamicamente protegidos para facilitar a limpeza e manutenção, assento de vaso em plástico reforçado com tampa e descarga, teto translúcido, para aproveitamento da iluminação externa, com iluminação interna, trinco resistente à violação e com indicação “ livre/ocupado ” <del>ou</del> porta objetos ou gancho para pendurar bolsa ou casaco, grandes respiradores antiviolação, paredes lisas moldadas para prevenir depósito de sujeira e proliferação de bactérias, tubo de ventilação de amplo diâmetro, suporte para papel higiênico e porta papel toalha, higienizador com gel, para lavagem a seco e assepsia das mãos, com identificação externa, através de adesivos (ou outro meio a escolha da contratada) como masculino ou feminino, reservatório de detritos com capacidade de no mínimo 240 litros.	DIA	300	250,00	75.000,00
02	<b>BANHEIROS QUIMICO PARA PESSOAS COM DEFICIENCIAS</b> locação de banheiros químicos comum pcd: banheiro químico portátil (masculino e feminino), sendo: cabina sanitária química, individual e portátil, confeccionada em polietileno, polipropileno ou similar de alta densidade resistente e lavável com caixa para dejetos, piso antiderrapante, com mictório, assento de vaso em plástico reforçado com tampa e descarga, teto translúcido, para aproveitamento da iluminação externa, com iluminação interna, trinco resistente à violação e com indicação “ livre/ocupado ” <del>ou</del> porta objetos ou gancho para pendurar bolsa ou casaco, grandes respiradores antiviolação, paredes lisas moldadas para prevenir depósito de sujeira e proliferação de bactérias, tubo de ventilação de amplo diâmetro, suporte para papel higiênico e porta papel toalha, higienizador com gel, para lavagem a seco e assepsia das mãos, com identificação externa, através de adesivos (ou outro meio a escolha da contratada) como masculino ou feminino, reservatório de detritos com capacidade de no mínimo 240 litros. apoio de barras de ferro nas três	DIA	30	390,00	11.700,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

	laterais, protetor de assento, piso antiderrapante, identificação externa para pessoas com deficiências. rampa de acesso para os banheiros químicos adaptados destinados a pessoas com necessidades especiais (deficientes físicos).				
O VALOR TOTAL DO GRUPO 01 PERFAZ A IMPORTÂNCIA DE:					86.700,00

Lote 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	<b>Banheiro Trailer tipo contêiner com ar-condicionado</b> constituído com: 10 cabines individuais sendo 05 cada lado, com vaso sanitário de acionamento da descarga no pedal, lavatório, porta papel higiênico, recipiente para sabonete líquido, espelhos, porta copos. Possui 02 escadas de acesso individual, sendo uma para o lado masculino e 01 para o lado feminino, com corredor e proteção lateral. Caixa d'água com capacidade de no mínimo 1000lts e depósito de dejetos com capacidade de no mínimo 1000lts acoplado ao contêiner e dispositivo com bomba de descarte em fossa séptica, equipado com um duplo sistema de cilindro pneumático para uma maior segurança na abertura e fechamento do contêiner, devidamente licenciado.	DIA	20	4.500,00	90.000,00
	<b>Banheiro Trailer tipo contêiner sem ar-condicionado para 08 pessoas.</b>  Banheiro trailer, tipo contêiner constituído com: 04 cabines individuais femininas, com assento sanitário, lavatório, porta papel higiênico e recipiente para sabonete líquido, sendo 01 cabine com fraldário de parede, incluindo colchão de espuma injetada e revestimento plástico com estampas lúdicas, lavável no tamanho aproximado de 80 x 50 cm. 04 cabines individuais masculinas, com assento sanitário, lavatório, porta papel higiênico e recipiente para sabonete líquido. mictório para uso de até 04 pessoas simultaneamente. com 02 escadas de acesso individual, sendo uma para o lado masculino e 01 para o lado feminino, com corredor e proteção lateral. caixa d'água com capacidade de no mínimo 1000lts e depósito de dejetos com capacidade de no mínimo 1000 lts acoplado ao contêiner e dispositivo com bomba de descarte em fossa séptica, equipado com um duplo sistema de cilindro pneumático para uma maior segurança na abertura e no fechamento do contêiner.	DIA	40	3.700,00	148.000,00
O VALOR TOTAL DO GRUPO 02 PERFAZ A IMPORTÂNCIA DE:					238.000,00
Valor total					324.700,00

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ **324.700,00 (trezentos e vinte e quatro mil e setecentos reais)**.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta é Ata para Registro de Preços para contratações futuras de empresa especializada em fornecimento de banheiros químicos, visando produzir um serviço com mais eficiência e eficácia no município, na estruturação dos eventos municipais.

O sistema de Registro de Preços traz algumas vantagens para Administração Pública como:



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

- a) Maior agilidade nas contratações;
- b) Redução da quantidade de licitações;
- c) Redução de custos com armazenamento e controle de estoque;
- d) Possibilidade de utilização da ata por outros órgãos públicos;
- e) Menores preços pelo efeito da economia de escala.

A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida neste Termo por período de vigência da Ata, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

Durante o período de garantia dos equipamentos, a Contratada deverá arcar com consertos e substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias, ou armazenamento e outros eventos, para os quais a Contratante não concorreu, respeitando os prazos constantes no edital para estas ações.

a) Os consertos necessários durante o período de garantia deverão ser realizados, preferencialmente, no local onde estiverem instalados e/ou em uso os equipamentos. Sendo necessária a retirada de algum equipamento e/ou componente para transporte à sede da Assistência Técnica, esta será de responsabilidade exclusiva da contratada, bem como a substituição correspondente ao prazo estipulado dos mesmos em plenas condições de funcionamento, arcando com todos os custos envolvidos.

b) Os banheiros deverão estar instalados e aptos para utilização no mínimo 01 (um) dia antes do início do evento e retirados no máximo 01 (um) dia após o término do mesmo, devendo estar incluso serviço de transporte e instalação no local indicado pelo Contratante.

Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.

### 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Contratações correlatas e/ou interdependentes, não se aplicam.

### 10. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar o princípio do parcelamento, sempre que este se mostrar **tecnicamente viável e economicamente vantajoso**. Conforme dispõe o § 1º do referido artigo, a aplicação do parcelamento deve considerar a responsabilidade técnica, os custos administrativos decorrentes da gestão de múltiplos contratos, as vantagens econômicas obtidas com a divisão do objeto, bem como a ampliação da competitividade e a mitigação da concentração de mercado.

Diante das características do objeto, **admite-se o parcelamento da solução por lote**, desde que tal divisão não comprometa a economia de escala, a padronização, a uniformização dos serviços e a eficiência da fiscalização contratual. O parcelamento por lote poderá contribuir para o aumento da competitividade e para a participação de um



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

maior número de fornecedores aptos à execução do objeto.

Ressalta-se, entretanto, que a adoção do parcelamento por lote estará condicionada à demonstração de **viabilidade técnica e vantajosidade econômica**, não sendo aplicada caso resulte em aumento significativo dos custos administrativos, dificuldade de gestão e fiscalização ou riscos à adequada responsabilização das empresas contratadas por eventuais ocorrências durante a execução contratual.

Assim, o parcelamento por lote poderá ser adotado pela Administração, **de forma justificada no processo**, sempre que se mostrar compatível com o interesse público e com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

### 11. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

### 12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

### 13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A responsabilidade dos impactos ambientais é exclusivamente da empresa vencedora do processo licitatório.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

#### **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é a contratação, através de Ata de Registro de Preços, de empresa especializada em locação de banheiros químicos, que atenda aos padrões e preços de mercado.

Marilândia, 10 de março 2026.

Elaborado por Roberta Arrivabeno  
Gerente de Cultura e Turismo.





## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### TERMO DE REFERÊNCIA

**Município de Marilândia**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.**

#### 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 – O objeto do presente termo é o registro de preços para Contratação de empresa especializada em serviço de locação de banheiros químicos para serem utilizados na estruturação dos eventos culturais e esportivos do Município durante o ano de 2026, garantindo uma prestação de serviços de excelência e qualidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	<b>BANHEIROS QUIMICOS COMUM</b> locação de banheiros químicos comum: banheiro químico portátil (masculino e feminino), sendo: cabina sanitária química, individual e portátil, confeccionada em polietileno, polipropileno ou similar de alta densidade resistente e lavável com caixa para dejetos, piso antiderrapante, com mictório antirrespingo hidro dinamicamente protegidos para facilitar a limpeza e manutenção, assento de vaso em plástico reforçado com tampa e descarga, teto translúcido, para aproveitamento da iluminação externa, com iluminação interna, trinco resistente à violação e com indicação “ livre/ocupado ” <del>ou</del> porta objetos ou gancho para pendurar bolsa ou casaco, grandes respiradores antiviolação, paredes lisas moldadas para prevenir depósito de sujeira e proliferação de bactérias, tubo de ventilação de amplo diâmetro, suporte para papel higiênico e porta papel toalha, higienizador com gel, para lavagem a seco e assepsia das mãos, com identificação externa, através de adesivos (ou outro meio a escolha da contratada) como masculino ou feminino, reservatório de detritos com capacidade de no mínimo 240 litros.	DIA	300	250,00	75.000,00
02	<b>BANHEIROS QUIMICO PARA PESSOAS COM DEFICIENCIAS</b> locação de banheiros químicos comum pcd: banheiro químico portátil (masculino e feminino), sendo: cabina sanitária química, individual e portátil, confeccionada em polietileno, polipropileno ou similar de alta densidade resistente e lavável com caixa para dejetos, piso antiderrapante, com mictório, assento de vaso em plástico reforçado com tampa e descarga, teto translúcido, para aproveitamento da iluminação externa, com iluminação interna, trinco resistente à violação e com indicação “ livre/ocupado ” <del>ou</del> porta objetos ou gancho para pendurar bolsa ou casaco, grandes respiradores antiviolação, paredes lisas moldadas para prevenir depósito de sujeira e proliferação de bactérias, tubo de ventilação de amplo diâmetro, suporte para papel higiênico e porta papel toalha, higienizador com gel, para lavagem a seco e	DIA	30	390,00	11.700,00





## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

	aspepsia das mãos, com identificação externa, através de adesivos (ou outro meio a escolha da contratada) como masculino ou feminino, reservatório de detritos com capacidade de no mínimo 240 litros. apoio de barras de ferro nas três laterais, protetor de assento, piso antiderrapante, identificação externa para pessoas com deficiências. rampa de acesso para os banheiros químicos adaptados destinados a pessoas com necessidades especiais (deficientes físicos).				
<b>O VALOR TOTAL DO GRUPO 01 PERFAZ A IMPORTÂNCIA DE:</b>					<b>86.700,00</b>

<b>Lote 02</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QTD.</b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
	<b>Banheiro Trailer tipo contêiner com ar-condicionado</b> constituído com: 10 cabines individuais sendo 05 cada lado, com vaso sanitário de acionamento da descarga no pedal, lavatório, porta papel higiênico, recipiente para sabonete líquido, espelhos, porta copos. Possui 02 escadas de acesso individual, sendo uma para o lado masculino e 01 para o lado feminino, com corredor e proteção lateral. Caixa d'água com capacidade de no mínimo 1000lts e depósito de detritos com capacidade de no mínimo 1000lts acoplado ao contêiner e dispositivo com bomba de descarte em fossa séptica, equipado com um duplo sistema de cilindro pneumático para uma maior segurança na abertura e fechamento do contêiner, devidamente licenciado.	<b>DIA</b>	<b>20</b>	<b>4.500,00</b>	<b>90.000,00</b>
	<b>Banheiro Trailer tipo contêiner sem ar-condicionado para 08 pessoas.</b> Banheiro trailer, tipo contêiner constituído com: 04 cabines individuais femininas, com assento sanitário, lavatório, porta papel higiênico e recipiente para sabonete líquido, sendo 01 cabine com fraldário de parede, incluindo colchão de espuma injetada e revestimento plástico com estampas lúdicas, lavável no tamanho aproximado de 80 x 50 cm. 04 cabines individuais masculinas, com assento sanitário, lavatório, porta papel higiênico e recipiente para sabonete líquido. mictório para uso de até 04 pessoas simultaneamente. com 02 escadas de acesso individual, sendo uma para o lado masculino e 01 para o lado feminino, com corredor e proteção lateral. caixa d'água com capacidade de no mínimo 1000lts e depósito de detritos com capacidade de no mínimo 1000 lts acoplado ao contêiner e dispositivo com bomba de descarte em fossa séptica, equipado com um duplo sistema de cilindro pneumático para uma maior segurança na abertura e no fechamento do contêiner.	<b>DIA</b>	<b>40</b>	<b>3.700,00</b>	<b>148.000,00</b>
<b>O VALOR TOTAL DO GRUPO 02 PERFAZ A IMPORTÂNCIA DE:</b>					<b>238.000,00</b>
<b>Valor total</b>					<b>324.700,00</b>

1.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 4.769, de 04 de agosto de 2023.

1.3 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 - **O preço se justifica** devido à necessidade de dar condições de higiene e privacidade para os munícipes e turistas nos locais públicos. Com a instalação dos banheiros químicos, evita-se que o local dos eventos fique sujos, protegendo o patrimônio público Municipal, ainda cumprindo as normas legais exigidas e garantindo assim um ambiente limpo.

## 2 - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

2.2 - O prazo de vigência dos contratos originados através da Ata de Registro de Preços é de 12 meses contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 - O fornecimento de bens é enquadrado como continuado.

### 3 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação se faz necessária em virtude de que a realização dos eventos em local público sem acesso a banheiros, uma vez que a realização dos eventos ficará seriamente comprometida na falta do mesmo.

A contratação de empresa especializada na locação e serviços de banheiros químicos torna-se então a única medida capaz de mitigar a necessidade, reduzindo os transtornos e constrangimentos para os munícipes e turistas.

Salienta-se que os eventos tem adesão de muitos munícipes e turistas, tornando desta forma de extrema importância a célere contratação do serviço demandado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

### 4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Solução pretendida destina-se a contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos, para estruturação de qualidade dos eventos, uma vez que se faz imprescindível prover aos referidos locais, quantidade suficiente de banheiros, por razão de grande concentração de pessoas que estarão presentes durante sua execução.

### 5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 5.1 - A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1 - Será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente para formalização da contratação. O contratado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.1.2 - Os banheiros deverão estar instalados e aptos para utilização no mínimo 01(um) dia antes do início do evento e retirados no máximo 01 (um) dia após o término do mesmo, devendo estar incluso serviço de transporte e instalação no local indicado pelo Contratante

5.1.3 - O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

5.1.4 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

- Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência;
- A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

5.1.4 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme prazo de validade da proposta, prorrogável por igual período a bem do interesse desta Administração, dentro do lapso temporal de 5 (cinco) anos.

5.1.5 - Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Termo de Referência, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

5.1.6 - A prestação dos serviços contratados será conforme solicitação da Secretaria requisitante com antecedência de 03 (três) dias, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração.

c) Especificações e Quantidades:

5.1.7 - Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.8 - A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão – Sistema de Registro de Preços, na sua forma presencial, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.9 - Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como, apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

### 5.2 - Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto.

### 5.3 – Garantia da Contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do ETP - Estudo Técnico Preliminar.

## 6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1 - Prazo de Entrega

6.1.1 - O prazo de fornecimento do serviço é de 3 (três) dias após a emissão ordem de fornecimento ou documento similar.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

6.1.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### 6.2 - Local de Entrega

6.2.1 – O serviço deverá ser entregue diretamente no local previamente informado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, em dias úteis, das 11:00 às 17:00 horas, no Município de Marilândia/ES.

### 6.3 – Do Recebimento

6.3.1 – O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR - Termo de Referência e na proposta.

6.3.2 – O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR - Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3.3 – O serviço será recebido definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.3.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3.5 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.3.6 - O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

## 7 - GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

7.1 - O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no máximo 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação feita pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, incisos X, XI e XIV, da Lei nº 14.133/2021).

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR - Termo de Referência;



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

- 8.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de NF - Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- 8.1.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;
- 8.1.8 - Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Ibirubá/RS, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, quando esgotadas as vias administrativas.
- 8.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10 - Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **9 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** (art. 92, incisos XIV, XVI e XVII, da Lei nº 14.133/2021)

- 9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1 - Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a NF - Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 6) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

9.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.14 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.15 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.16 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.17 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.18 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.19 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### 10 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU CONTRATO

10.1 - A gestão da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

10.2 - A gestão dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Secretário Municipal, que terá seus fiscais designados no ato da assinatura do contrato.

10.3 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.4 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.5 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.7 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.9 - Indicação do responsável técnico para acompanhar a execução do objeto (Engenheiro Químico ou Sanitarista); Prova de vinculação do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para acompanhar a execução do objeto; O referido profissional indicado poderá ser Diretor, sócio ou fazer parte do quadro permanente da empresa licitante, na condição de empregado ou contratado, devendo comprovar, obrigatoriamente, sua vinculação com a empresa, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, através de Carteira de Trabalho, Contrato de prestação de Serviços ou Ficha de Registro de Empregado, quando este não fizer parte do Contrato Social da firma proponente, e através da certidão do CREA ou Conselho Profissional competente. Prova do registro ou inscrição do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para acompanhar o objeto, junto aos seus respectivos Conselhos de Classe, da região



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

a que estiver vinculado, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta licitação.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

### Fiscal

Secretaria	Nome	Cargo	Matricula
SEMCEL	Itanildo Conceição Castro	Subsecretário de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	12673

### Gestor

Secretaria	Nome	Cargo	Matricula
SEMCEL	Gildo Alberto Buzzetti	Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	12229

## 11 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, incisos V e VI, da Lei nº 14.133/2021).

### 11.1 - Forma de Pagamento

11.1.1 - A forma de pagamento do Município de Marilândia é por empenho de despesa.

### 11.2 - Prazo de Pagamento

11.2.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da NF - Nota Fiscal/Fatura.

11.2.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.2.3 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE de correção monetária.

11.2.3.1 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída, a requerimento do interessado, na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

11.3 - A NF - Nota Fiscal/Fatura deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

11.3.1 - Identificação completa da Contratada: CNPJ (o mesmo constante da documentação fiscal, exceto se for emitida por filial/matriz que contenha o mesmo CNPJ base, com sequencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;

11.3.2 – Prazo de validade;

11.3.3 – Data da emissão;

11.3.4 – Dados do contrato e do órgão contratante;

11.3.5 - Descrição de forma clara do objeto executado;

11.3.6 - Valores unitários e totais e período com as informações referentes aos itens do objeto efetivamente entregues;



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

11.3.7 - Número do processo que originou a contratação, bem como o número do empenho.

11.3.8 - Informações bancárias para pagamento.

11.3.9 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.4 - Havendo erro na apresentação da NF - Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

11.5 - Os pagamentos serão condicionados à apresentação da NF - Nota Fiscal dos produtos/serviços contratados e entregues/executados devidamente atestados pelo setor competente.

11.6 - Deverá a contratada apresentar ainda as provas de regularidade fiscal e trabalhista com prazo de validade vigente, descritas abaixo:

11.6.1 - Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB);

11.6.2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

11.6.3 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

11.6.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município contratante;

11.6.5 - Prova de Regularidade com a Fazenda do Estado do Espírito do Município contratante;

11.6.6 - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

11.6.7 - Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.6.8 - Prova de Regularidade de Falência e Concordata.

11.7 - O atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação e a pronta quitação das parcelas em aberto.

11.8 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.9 - Dados para emissão da Nota Fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA - ES

CNPJ nº: 27.744.176/0001-04

ENDEREÇO: Rua Ângela Saverginnini, nº93 , Centro, Marilândia/ES

CEP: 29.725-000



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### 12 - REAJUSTE (art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021).

12.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2 - Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

### 13 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/2021).

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

13.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

### I - Multa:

1 - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2 - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

1 - compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

13.6 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13.12 - Aquele que convocado para assinatura da ata ou contrato não o fizer dentro do prazo estabelecido pela Administração, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sendo-lhe garantido o direito à ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta e a penalidade de impedimento do direito



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais, incluindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e, suas alterações.

### 14 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, para formalização de ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

#### Exigências de habilitação

14.2 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### 14.2.1 - Habilitação jurídica

**14.2.1.1 - Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**14.2.1.2 - Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**14.2.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**14.2.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**14.2.1.5 - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**14.2.1.6 - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**14.2.1.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**14.2.1.8 - Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

**14.2.1.9 - Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**14.2.1.10 - Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

### **14.2.2 - Habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

14.2.2.1 - Apresentação de responsável técnico da empresa e seu registro junto ao respectivo Conselho Regional (CREA ou CRQ); Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;

14.2.2.2 - Apresentar comprovação de Autorização de Descarte em unidades da CAESB, da empresa licitante ou de terceiros; e

14.2.2.3 - Apresentar Cadastro de veículo/equipamento autorizado para transporte dos resíduos, empresa licitante ou de terceiros.

### **14.2.3- Da Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

14.2.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.2.3.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.2.3.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.2.3.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.2.3.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.3.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.2.3.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.2.3.8 - Benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

### 14.2.4 - Da Qualificação Econômico-Financeira

14.2.4.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

14.2.4.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14.2.4.3 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

14.2.4.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

14.2.4.5 - O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

14.2.4.6 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### 15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$ **324.700,00 (trezentos e vinte e quatro mil e setecentos reais)**.

### 16 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 17 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - As classificações orçamentárias para suportar a presente despesa constam da programação orçamentária da Secretaria Municipal de Marilândia, e será atendida pela seguinte dotação:

Dotação orçamentária 13013.1339200142.077.33903900000

Ficha 631

Fonte Recurso: 1500000000000 - Manutenção e Difusão de Atividades Culturais

Dotação orçamentária 13013.2781200142.080.33903900000

Ficha 647

Fonte Recurso: 1500000000000 - Manutenção do Desporto



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MARILÂNDIA**



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

Dotação orçamentária 13013.2781300142.082.33903900000

Ficha 658

Fonte Recurso: 150000000000 - Realização de Eventos Festivos

Marilândia, 10 de março de 2026.

Elaborado por Roberta Arrivabeno  
Gerente de Cultura e Turismo.  
Matrícula nº 12373

Aprovado por Gildo Alberto Bozzeti  
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.  
Matrícula nº 12229

Assinado digitalmente. Acesse: [https://www.marilandia.es.gov.br/Chave: 46b45f3f-9af1-4711-99d9-4789ded275b2](https://www.marilandia.es.gov.br/Chave:46b45f3f-9af1-4711-99d9-4789ded275b2)  
Documentos Nº 014877/2026

